






## GANHAR ACESSO NUMA ETNOGRAFIA COM CRIANÇAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS: DILEMAS DE CONFIABILIDADE EM TEMPOS DE RISCO

**Gaining access in an ethnography with children in open public spaces: confidence dilemmas in times of risk**

Ivana Marins da **ROSA**  
Doutoranda em Ciências da Educação pela  
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da  
Universidade do Porto, Portugal. Professora de  
Educação Física na Educação Infantil da Rede  
Municipal de Florianópolis.  
ivanamros@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-8957-2595> 

Manuela **FERREIRA**  
Professora Associada  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
Universidade do Porto  
manuela@fpce.up.pt  
<https://orcid.org/0000-0003-4512-1669> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

### RESUMO

A etnografia com crianças gera permanentemente dilemas ético-metodológicos que exigem do(a) pesquisador(a) uma postura de reflexividade metodológica acerca dos acontecimentos experimentados e negociados no trabalho de campo. Focalizando a construção de relações *com* crianças entre 6 e 10 anos nos espaços públicos abertos de uma comunidade piscatória do norte de Portugal, refletem-se neste texto processos de ganhar acesso aos seus mundos culturais e dilemas emergentes em torno da confiabilidade, a propósito: i) da identidade da etnógrafa; ii) dos limites e consequências das confianças tecidas entre as crianças e a etnógrafa. Compreende-se que tais dilemas são agudizados no contexto em que a etnografia acontece, no sentido em que incorporam algumas das complexidades sociais que afetam as experiências da infância nas sociedades ocidentais contemporâneas, interpretadas como "sociedades de risco".

**PALAVRAS-CHAVE:** Crianças; Etnografia em espaços públicos abertos; Ganhar acesso; Confiabilidade; Dilemas ético-metodológicos.

### ABSTRACT

Ethnography with children generates permanently ethical-methodological dilemmas, which require the researcher to adopt a methodological reflexivity posture about the events experienced and negotiated in the fieldwork. Focusing on the construction of relationship *with* children between 6 and 10 years old in the public open spaces of a fishing community in the north of Portugal this paper reflects on the processes of gaining access to their cultural worlds and emerging dilemmas around confidence regarding to: i) the identity of the ethnographer; ii) the limits and consequences of confidences intertwined among children and ethnographer. It is understood that such dilemmas are heightened in the context in which ethnography occurs, in the sense that they incorporate some of the social complexities that affect childhood experiences in contemporary Western societies, interpreted as "societies of risk."

**KEYWORDS:** Children; Ethnography in public open spaces; Gaining access; Confidence; Ethical-methodological dilemmas.

# 1. ETNOGRAFIA COM CRIANÇAS COMO EXPERIÊNCIA DE “SER AFETADA”

Os Estudos Sociais da Infância preconizam a autonomia conceitual das crianças e as particularidades das suas ações sociais como referenciais teórico-metodológicos e éticos, essenciais para documentar toda a sua inteligibilidade e acreditar as suas próprias vozes nas compreensões que elaboram dos mundos em que vivem (FERREIRA, 2004). São, pois, críticos do adultocentrismo ainda pervasivo nos modos de pesquisar das Ciências Sociais, e da Educação em particular. Este deslocamento do olhar analítico e das práticas naturalizadas de conhecer as crianças convoca-nos, enquanto adultos-investigadores(as), a declinar os conhecimentos prévios que temos sobre elas e a colocarmo-nos numa condição de (de)saber para, assim, pensá-las a partir dos seus pontos de vista e, portanto, das suas infâncias. Quando então a questão central da pesquisa é a de se compreender como as crianças produzem significados e os investem de sentidos subjetivos enquanto reelaboram as culturas adultas e infantis nas quais estão mergulhadas, a etnografia tem vindo a se constituir como uma opção fértil e útil (JAMES, 2007; PROUT, 2010). Ao falarmos em cultura(s) queremos sublinhar o conjunto de práticas materiais e simbólicas geradas nas redes de relações sociais estabelecidas entre seres humanos, adultos ou crianças, e que, dando-lhes significado, são processuais e dinâmicas, transmitidas e aprendidas, ressignificadas e (re)produzidas por e entre atores, sejam de diferentes ou da mesma geração. As dinâmicas interculturais entre crianças e adultos acontecem então no âmbito das suas relações de interdependência e dos processos de geracionalização<sup>1</sup>: conjuntos complexos de processos relacionais através dos quais certas pessoas se tornam adultos, enquanto outras se tornam crianças; uma construção que envolve o conceito de agência, tanto a de adultos como a das crianças, e o repertório de práticas de geracionalização através das quais essas duas categorias recorrente e mutuamente se constituem (ALANEN; MAYALL, 2001). Contra o adultocentrismo, exotização ou infantilização dos mundos sociais infantis como “se se tratasse de uma estranha tribo do outro lado do rio” (MAYALLI, 1994 apud FERREIRA, 2004, p.23), em que a visão dicotômica, polarizada e em oposição das culturas adultas e infantis é reiterada, a refocagem das relações das crianças com o mundo social e a sua compreensão por via da etnografia implicam não perder de vista que “as culturas das infâncias exprimem a

<sup>1</sup> No original “*generationing*”.

cultura societal em que se inserem, mas fazem-no de modo distinto das culturas adultas, ao mesmo tempo em que veiculam formas especificamente infantis de inteligibilidade, representação e simbolização do mundo” (SARMENTO, 2004, p.12).

Atender aos acontecimentos e sua significação cultural, apre(e)ndendo a polifonia em que se expressam as vozes dos atores quando se narram, requer então do(a) etnógrafo(a) um dado posicionamento e atitude: de “dentro e de perto” (MAGNANI, 2002) para compreender, através de uma “descrição densa” (GEERTZ, 2008), os contornos, vazamentos, opacidades e oportunidades da vida cotidiana em que se tecem os conteúdos que tornam substantivas as relações sociais. Nesta sua busca dos sentidos intersubjetivos construídos nas experiências vividas entre o(a) etnógrafo(a) e os outros, lidar com a superficialidade das primeiras impressões e informações solicita dele(a) uma atitude de cuidado e um modo de consciência participativa que “está para além do ‘falar sobre’ uma coisa ou uma pessoa. Refere-se antes ao ‘estar com’ essa coisa ou pessoa de modo completo, atento e descentrado” (VASCONCELOS, 2000, p. 48), de “corpo inteiro” (ibid, p. 55). Demanda ainda uma atitude de constante reflexividade ético-metodológica, entendida como uma “aprendizagem que exige o confronto e as transformações pessoais [de tal modo que] se o trabalho respeitar todas as exigências que lhe são próprias, o(a) etnógrafo(a) não sairá incólume da experiência que viveu” (FERNANDES, 2002, p. 24).

Esse poderá ser o caso da experiência de tensões, incertezas, ambiguidades e/ou “estranhas perplexidades” (FERREIRA, 2002, 2010) no trabalho de campo com crianças que, uma vez tornada propulsora da consciencialização de constrangimentos, limites e vulnerabilidades da própria pessoa do(a) etnógrafo(a) é suscetível de “desadultizar” (CUNHA, 2017, p.77) a “atitude natural” (COULON, 1995 [1987]) do adulto. Por outras palavras, abdicar do lugar de poder na relação investigativa, “abandonar uma técnica da palavra aculturante” (MARTINS FILHO; BARBOSA, 2010, p.11), em prol da assunção do “tracking” (COULON, 1995 [1987]), de um “radar ético” (SKANFORS, 2009) sensível, do respeito pela “simetria ética” (CHRISTENSEN; PROUT, 2002) na escuta e na dialogia com as vozes das crianças, implica ser capaz de se subtrair “à força da ‘atitude natural’ que apresenta uma tendência constante para levar a melhor” (COULON, 1995 [1993], p. 76) e deixar-se afetar (FAVRET-SAADA, 2005) na comunicação com o outro.

Ser afetado significa, nos termos de Favret-Saada (2005), que os(as) etnógrafos(as) se deixem afetar pelas mesmas forças que afetam os demais para que um certo tipo de relação se possa estabelecer; porém, não se confundindo esta com observação participante, empatia, identificação com o ponto de vista nativo ou qualquer

aproveitamento narcísico da experiência de campo. Assim, ao afirmar que a sua experiência de campo deu lugar “à comunicação não verbal, não intencional e involuntária, ao surgimento e ao livre jogo de afetos desprovidos de representação – levou-me a explorar mil aspectos de uma opacidade essencial do sujeito frente a si mesmo” (ibid, p. 161), e que “voltando sucessivamente a elas que eu constituo minha etnografia” (ibid, p. 160), a autora escolheu conceder estatuto epistemológico àquelas situações, colocando-as no mesmo plano das que são produzidas pela comunicação voluntária e intencional, pelas informações que trouxeram à etnógrafa e ao texto etnográfico, e pela intensidade afetiva que as acompanhava na realidade (ibid). Neste sentido, a noção de ser afetado constitui uma modalidade central e uma vertente crítica do trabalho de campo etnográfico.

Posto isto, diríamos então que na etnografia com crianças ser afetado implica assumir a incompletude adulta para que, por meio da alteridade, se possa conhecer e reconhecer o *Outro* e, assim, observar o mundo de forma descentrada, numa atitude intelectual, e mesmo afetiva que, simultaneamente, as eleva, desfiliando-as do viés de subalternização nas pesquisas para reconhecer a sua imprescindibilidade no plano epistemológico (FERREIRA; NUNES, 2014, p. 107). Trata-se, pois, de ser capaz de abandonar a “autoridade etnográfica” (CLIFFORD, 2008) ancorada na desigual relação de poder entre crianças e adultos, e no monólogo em que só a voz do(a) pesquisador(a) ecoa, para se disponibilizar a uma “experiência etnográfica” (ibid) que busca compreender os sentidos intersubjetivos da multivocalidade e polifonia num reconhecimento mútuo - uma luta contra o adultocentrismo no seio de uma dialogicidade marcada pela sua própria estrangeiridade e estranhamento em relação a quem e ao que se quer conhecer, mediante a sua própria cultura (MAGNANI, 2009).

Por conseguinte, enquanto etnógrafas preocupadas em suspender nossas certezas em relação às crianças para compreendermos com elas os seus modos de agirem no mundo – e, com isso, os nossos também -, retomamos neste texto as dificuldades da relação de intersubjetividade e seus dilemas para, numa interlocução radical com o trabalho de campo e com dados da análise que igualmente compõem a etnografia dialógica, avançarmos no esclarecimento dos resultados das nossas investigações (MARCHI, 2018) e, dessa forma, produzirmos conhecimento mais humano. O campo que informa as reflexões neste texto é uma comunidade piscatória localizada ao norte de Portugal que nos últimos 18 anos vêm sofrendo uma profunda reurbanização do espaço, sobretudo pela permeabilidade ao turismo, o que tem gerado

efeitos sociais ao nível das condições de vida de todos os que ali (con)vivem, redesenhando a sua cultura.

## **1.1 Etnografias com crianças em espaços públicos abertos – que particularidades?**

Uma boa parte das etnografias com crianças nas sociedades ocidentais contemporâneas tem encontrado terreno fértil em creches, Jardins de Infância, escolas ou outros dispositivos socioeducativos, espelhando o processo de institucionalização da infância. Elas tendem, por isso, a ocorrer em espaços fechados (FERREIRA; NUNES, 2014) - isto é, em espaços formais, públicos ou não, pautados pelo acesso restrito e sob autorização superior, regras normativas tuteladas por adultos, encontrando-se as crianças numa posição de “participantes cativos” (FERREIRA, 2010, p. 167) -; a reduzir o entendimento dos complexos processos de “ganhar acesso” apenas ao momento da entrada do(a) etnógrafo(a) no terreno e a limitar a discussão de dilemas ético-metodológicos a dois tópicos recorrentes – o da obtenção do consentimento e assentimento informados de adultos e de crianças pelo etnógrafo(a), e o dos papéis por ele(a) assumidos na pesquisa (entre outros, BUSS-SIMÃO, 2014; CORSARO, 2005; FERREIRA, 2010; SKANFORS, 2009).

Neste panorama, e não obstante os espaços fechados assegurarem condições de relativa estabilidade, regularidade e continuidade nos seus enquadramentos institucionais e atores em presença que, de algum modo facilitam a pesquisa etnográfica, cada terreno apresenta-se sempre diferentemente em função de regras próprias ao seu mundo sociocultural. Impõem, portanto, uma relação social fortemente “centrípeta” ao(à) observador(a), que deve esforçar-se para nele encontrar um lugar (PERETZ, 2000, p.77). O que acontece então quando a etnografia com crianças se realiza em espaços públicos abertos? Ou seja, em espaços sem muros e nem fronteiras visíveis, sem regras aparentes, de livre acesso, uso e circulação de pessoas e bens, e em que, apesar da copresença adulta, as crianças parecem usufruir de uma maior liberdade de ação. De que modos as particulares de tais espacialidades afetam a relação pesquisador(a)-crianças e a experiência etnográfica? E o que isso nos conta acerca da infância contemporânea?

Com efeito, vários têm sido os pesquisadores(as) que se vêm debruçando sobre o direito das crianças aos espaços públicos, particularmente os da cidade, colocando em

discussão, entre outras questões, os modos infantis de circulação e ocupação do espaço urbano (LANSKY, 2012); as políticas públicas urbanas para as crianças (SARMENTO; *et al*, 2016), a mobilidade cotidiana independente (MALHO, 2003; CHRISTENSEN; *et al*, 2014; FARIA, 2014); as ruas como lugares da sua presença e de possibilidade de experiências significativas, mas também de controle por via do discurso da proteção (ROSA, 2016), ou como espaços das ausências infantis (WENETZ, 2013). Ressalta destas pesquisas que um dos principais traços comuns às etnografias realizadas em espaços abertos é o da mobilidade que caracteriza um trabalho de campo em constante circulação uma vez que o/a pesquisador/a se torna alguém que ocupa boa parte do seu tempo a flunar - a observar em movimento enquanto transita pelos lugares, na procura da melhor maneira de compreender o que busca conhecer. O ato de flunar adensa o olhar para o estranhamento do que lá está, para a leitura dos sentidos, transformando em texto o espaço de investigação (MASSAGLI, 2008). Convoca, na lentidão do caminhar, o "pensamento reflexivo, aquele que pisa e repisa sobre os passos dados" (LOPES, 2002, p. 73) e o diálogo com a ambiência comunitária para a apreensão das minúcias do seu cotidiano; na andança, a possibilidade de perder-se para espreitar as narrativas em contexto, numa vivência de "estar com" (VASCONCELOS, 2000) que busca a experiência efetiva da aproximação numa tessitura entre "movimento, emoção e pensamento" (LOPES, 2002, p. 73); no ato de andar, a arte de encontrar-se com o imprevisível, com o inesperado, com o espetáculo das ruas, vielas, ilhas, praças, como uma "refinada arte da experiência cotidiana, ofício de filigrana do praticante cultural que se move nos interstícios da ordem material e simbolicamente dominante, procurando «ocasiões» para se afirmar" (*ibid*, p. 75). E, em todas estas "ocasiões" (CERTEAU, 1998 [1990], p.47), parar para escutar, aproximar, conhecer, estreitar relações, estranhar e familiarizar-se com a complexidade do espaço e dos seus habitantes.

Acontece que o *flâneur* pelas ruas provoca igualmente uma observação densa, criteriosa, cuidadosa, por aqueles que são de "dentro", dos "nativos" em relação ao estrangeiro e estranho, o de "fora", que é o(a) investigador(a). Nas palavras de Lopes (2002, p. 74) "ao andar, vejo e sou visto[a]" pelo que a curiosidade adensada na minha andança adensa, do mesmo modo, a curiosidade retratada nos olhares e nas perguntas daqueles que lá habitam. Daí que, em campo com as crianças num espaço público aberto, se inquirições, deduções e dúvidas se colocam diariamente acerca de quem é e do que ali faz o(a) etnógrafo(a), também a experiência do desconforto, opacidade e

incertezas geram nele(a) dilemas, a que urge regressar para construir a etnografia, como propõe Favret-Saada (2005).

Com base nas preocupações epistemológicas, metodológicas e éticas enunciadas, recorre-se então, a uma pesquisa etnográfica com crianças de idades entre os 6 e 10 anos em espaços públicos abertos de uma comunidade piscatória do norte de Portugal para reconsiderar os processos de “ganhar acesso” e, mantendo-os como constitutivos da experiência de campo, refletir acerca de dilemas éticos vividos em torno da confiabilidade e das suas implicações a propósito: i) da identidade da etnógrafa; ii) dos limites e consequências das confianças tecidas entre as crianças e a etnógrafa.

## **2. DILEMAS DE UM CAMPO DE PESQUISA EM ESPAÇOS PÚBLICOS E ABERTOS**

### **2.1 Ganhar acesso como experiência de campo complexa**

Etnografias urbanas, tenham sido elas realizadas com grupos da população adultos, jovens e/ou crianças, sinalizam que questões metodológicas fulcrais como o processo de “ganhar acesso” ao terreno das relações dos/com os sujeitos que se pretende conhecer tendem a agudizar-se quando decorrem em espaços abertos. Os argumentos para tal problema sublinham que a realização da pesquisa e a configuração da sua natureza - “*que investigação pode ser produzida*” (FERNANDES; NEVES; CHAVES, 2001, p.181; CAIAFA, 2007; LANSKY, 2012; ROSA, 2016) – dependem, em muito, dos modos como se processa e garante o “ganhar acesso” aos mundos subjetivos do *Outro*, mesmo se se procuram salvaguardar condições que permitam avançar em direção a novos protocolos de observação participante e/ou à ampliação de contactos por meio de informantes privilegiados, “tornando progressivamente mais sólida e sustentável a permanência [do/a etnógrafo/a] no local” (FERNANDES; NEVES; CHAVES, 2001, p.192).

Com efeito, ganhar acesso prevê observar o terreno de “*perto e de dentro*, mas a partir dos *arranjos* dos próprios atores sociais” (MAGNANI, 2002, p.18), numa postura atenciosa das formas como estes dizem, sentem e vivem a sua comunidade. Por conseguinte, vai-se ganhando acesso apenas e na medida em que o(a) etnógrafo(a), nessa busca da permanência para conhecer, se vai experimentando no campo,

descontínua e inesperadamente, suscitando e provocando relações de troca com os nativos (MAGNANI, 2009) - delas se espera que, com o tempo, venham a traduzir-se numa certa "imunidade" que protege a sua presença no campo, possibilitando-lhe a passagem para ali circular com maior liberdade. Assim sendo, ganhar acesso e ser capaz de o garantir ao longo da pesquisa, é moroso, exige um trabalho cuidadoso, insistente, paciente e permanente na busca por "brechas" (LANSKY, 2012) para que, por meio do diálogo, possa ser construída uma relação de intimidade com o *Outro*. Ora, quando se trata da pesquisa com crianças, a exploração destas brechas tende a ser dificultada em face da condição de vulnerabilidade e de menoridade que lhes é atribuída socialmente e, ainda mais, diante de contextos públicos abertos que não tendo sido, em grande medida, preparados para as mesmas são tidos como inseguros, perigosos e de risco. Isso significa que ganhar acesso a quem e ao que se quer conhecer não é algo dado à partida, de uma só vez ou de uma vez por todas, nem algo que se circunscreve ao momento inicial da entrada do(a) etnógrafo(a) ao terreno, incluindo as negociações mais ou menos formalizadas com vista à obtenção do consentimento informado/assentimento dos atores.

Atendendo às particularidades envolvidas no processo de ganhar acesso e se mantê-lo, vejamos então o que pode ainda acontecer quando a etnógrafa se vê, subitamente envolvida nos estranhos episódios do "- *Ela disse que você é uma raptora de crianças, mas você não é, pois não?*" e do "*O barco pirata e o convite a viver uma aventura fixe*", que fizeram emergir uma série de questões em torno das suas identidades e da confiabilidade.

## **2.2 "- Ela disse que você é uma raptora de crianças, mas você não é, pois não?" – dilemas vividos em torno das identidades da etnógrafa**

As narrativas que se seguem (ver quadro 1)<sup>2</sup>, fruto da geração dos dados de uma pesquisa etnográfica recente, ocorrida no espaço público aberto de uma comunidade piscatória localizada ao norte de Portugal, e em processo de requalificação urbana,

<sup>2</sup> As narrativas que compõem o quadro 1 sinalizam três excertos de cenas vividas no campo com as crianças, tendo perdurado cerca de duas semanas.



aconteceu quando já haviam decorrido 6 meses de permanência no terreno<sup>3</sup>. Naquele momento, quando considerava já terem sido, finalmente, ultrapassadas as dificuldades iniciais para obter o consentimento das famílias para acompanhar as suas crianças e o assentimento destas bem como de outros atores da comunidade, estando lançadas bases de confiabilidade minimamente sustentadas que me permitiam circular, sozinha com as crianças, à vontade pelos diversos espaços públicos que se abriam às nossas incursões (cf. nota de campo de 08.08.2017), fiquei de tal modo impactada pela situação que temi a inviabilização do prosseguimento da pesquisa. De regresso a essa curta, mas dolorosa, experiência de ser afetada (FAVEDRA-SAAD, 2005) procuro compreendê-la entrando em linha de conta com as forças que afetam os demais e de modo a repensar os nexos de sentido entre identidade(s) e confiabilidade(s) que se jogam nos processos de ganhar acesso.

Quadro 1. “- Ela disse que você é uma raptora de crianças, mas você não é, pois não?” - gênese e desenvolvimento do episódio no tempo - sistematização

<b>Notas de campo 08/08/17&gt;&gt;&gt;&gt;&gt;&gt;&gt;&gt;&gt;</b>	<b>&gt;&gt;Sexta-feira, 11/08/17 &gt;</b>	<b>&gt;&gt;&gt;&gt;&gt;&gt;Passados 11 dias, 22/08/17</b>
<p>(...) depois de caminharmos por toda encosta e passarmos por alguns esconderijos, chegamos ao lado da ribeira onde ali brincamos de pais e mães. (...) durante o “jantar”, o Hugo<sup>4</sup> (8a) pergunta: - Que tal um piquenique neste sítio? Aqui é fixe!</p> <p>- Boa, podemos trazer muitas comidas! - diz Gabriela (9a)</p> <p>- Eu tenho que dizer à minha mãe, responde o Felipe (6a).</p> <p>- Podes Ivana? - pergunta o Hugo.</p> <p>- Posso sim, quando faremos?</p> <p>- pergunto eu. (...)</p> <p>- Sexta-feira, depois do almoço, lá pela uma hora. Assim dá para brincar antes de comer. - responde Gabriela.</p>	<p>(...) são 14:00hs e nenhuma das crianças apareceu para o piquenique. Fico a pensar o que pode ter acontecido...</p>	<p>No caminho até à marina, Hugo pergunta-me: - Ivana, tu ficaste chateada porque não viemos ao piquenique?</p> <p>- Não. Entendo que cada criança tem seus compromissos com as famílias e também dependem da autorização dos adultos para irem a determinados lugares.</p> <p>- Pois! A minha mãe não me deixou vir. - comenta o Hugo.</p> <p>- Não? Porquê? - perguntei eu.</p> <p>- Ela disse que você é uma raptora de crianças, mas você não é, pois não? - disse o Hugo.</p> <p>Absolutamente constrangida com a acusação, respondo com a voz embargada: - Claro que não!</p>

<sup>3</sup> Esta pesquisa etnográfica foi iniciada no final de fevereiro de 2017, com aproximações à comunidade para melhor conhecer o seu quotidiano, dando-se o “estar com” as crianças, direta e sistematicamente, em junho de 2017.

<sup>4</sup> Os nomes das crianças neste artigo são fictícios.

- Combinado! - diz o Hugo  
(...)

Gabriela, que ouviu nossa  
conversa, confirma a  
desconfiança: - Já, a minha  
mãe também disse isso e  
disse-me para não estar mais  
à tua beira. (...)

---

Como afirmado anteriormente, tudo parecia decorrer num quadro de confiabilidade (nota de campo 08.08.2017) e relativa normalidade (nota de campo 11.08.2017) quando fui confrontada com a surpreendente e inusitada afirmação pelas famílias de algumas crianças, “- *Ela disse que você é uma raptora de crianças!*” que, assim me designando – uma raptora –, me convertem numa ameaça para os(as) seus(as) filhos(as). Reiterados que foram os princípios básicos de uma entrada em campo eticamente informada para obter o consentimento informado dos adultos responsáveis pelas crianças, respeitando o seu estatuto de menoridade legais, e em que, na minha estadia em campo, paulatina mas regular, continuada no tempo e cada vez mais próxima das suas crianças, procurava conhecer e dar-me a conhecer de modo respeitoso, percebo, nesta interpretação de que sou alvo, a insuficiência desses cuidados para vencer as resistências acerca de mim e do que ali fazia. Com efeito, Graue e Walsh (2003) chamam a atenção para as dificuldades das negociações para entrar e ser-se aceite quando afirmam que os responsáveis das crianças “têm atitudes compreensivelmente protetoras em relação a elas e nem sempre se sentem à vontade quando está alguém de fora a observar as crianças e as suas interações com elas” (2003, p.121). Ora, esta advertência parece agravar-se quando o contexto a ser investigado se dá num espaço público aberto e a pesquisadora ali se apresenta vinda “do nada”, uma adulta sozinha e desocupada, deambulando pela rua sem propósito aparente que não seja em “busca de crianças” – eu acumulava assim uma série de indícios que depressa se tornaram objeto de escrutínio mais ou menos discreto por parte de algumas famílias, dado que o meu terreno decorria fora dos muros e paredes delimitadores de espaços convencionais de proteção da infância – a casa e a escola –, bem longe de regras formais e papéis institucionais prescritos e já conhecidos.

Ao procurar “digerir” o “sabor” amargo do despeito - jamais imaginara que esta relação de desconfiança pudesse acontecer –, lidando com a árdua aprendizagem de

<sup>5</sup> Foram explicitados i) os objetivos da pesquisa, os “como” procedimentais e o que com eles faria; ii) a salvaguarda do anonimato e da confidencialidade dos dados e iii) a livre participação dos sujeitos, podendo eles desistir da pesquisa em qualquer momento (SMITH, 1975 apud FERREIRA, 2010, p.161)

estranhezas várias na primeira pessoa, passei então a ver-me não apenas como pesquisadora adulta exposta às vicissitudes de estudar crianças no espaço público aberto de uma pequena comunidade, mas também como uma mulher *Outra*, cuja presença parece despertar sentimentos de insegurança, porventura porque duplamente estrangeira: por ser forasteira naquele lugar e por ter uma identidade e nacionalidade alofila àquele lugar - uma brasileira.

Ganham então importância as imagens do Brasil e dos(as) brasileiros(as) veiculadas pelos meios televisivos em Portugal: em 2003, o "Movimento das Mães de Bragança" reagindo à presença de mulheres brasileiras associadas a redes de prostituição - "começaram a surgir discotecas e bares promovendo um comércio sexual às descaradas, a novidade transformou-se em falatório que ecoou por cafés, esquinas de rua, jornais e homilias. Enfim, um rebuliço social" (PAIS, 2010, p.09; 2016); em 2013, o "Movimento das Esposas de Viseu", com uma situação similar identificada "num bairro residencial da cidade chamado Quinta do Grilo: os apartamentos do bairro estão a ser ocupados por profissionais do sexo, a grande maioria imigrantes ilegais (CORREIA, 2014, p.190), a que crescem notícias trágicas do dia-a-dia no Brasil, transmitidas por um dos canais de televisão mais popular entre os moradores da comunidade em estudo - o canal Record -, em que os(as) brasileiros(as) são qualificados(as) como sendo, entre outros adjetivos, violentos(as).

Perante a minha inusitada presença e frequência naquela comunidade, esta construção mediatizada de um imaginário estereotipado do Brasil e dos(as) brasileiros(as), e a sua banalização, recaíram sobre o meu corpo, as minhas palavras, ações e intenções, traduzindo-se, para algumas famílias, numa imagem da minha pessoa como potencial ameaça às suas crianças. "*Ela disse que você é uma raptora de crianças!*" expressa, assim, uma recontextualização local do risco mediatizado alocada e personificada em mim: "*Pois! A minha mãe não me deixou vir.*"; *Iá, a minha mãe também disse isso e disse-me para não estar mais à tua beira*" (Notas de campo 22.08.17).

Ciente de todas as implicações que vêm sendo mencionadas, mas também de que a relação que vinha sendo construída com as crianças era diferente da que mantinha com suas famílias, percebo que afirmação dos seus responsáveis diretos, "*Ela disse que você é uma raptora de crianças!*", gerou, também nelas, dilemas em relação a mim. Assim, quando é retomado o nosso encontro e Hugo me pergunta " - *Ivana, tu ficaste chateada porque não viemos ao piquenique?*" (Notas de campo 22.08.17) percebi um cuidado desta criança em procurar avaliar até que ponto a sua

falha a um compromisso agendado pelo grupo tinha tido consequências comprometedoras, ou não, nas nossas relações e, de alguma forma, uma preocupação implícita em procurar aplacar eventuais danos e “recuperar a face” (GOFFMAN, 1993 apud FERREIRA, 2004), através de um diálogo permeado de afetos. As mesmas preocupações são expressas diferentemente na pergunta “- *Mas você não é, pois não?*” (Notas de campo 22.08.17), que parece procurar uma certeza para que a confiabilidade, entretanto estabelecida, pudesse ser mantida, e honrado o seu assentimento inicial.

Em face deste constrangimento mútuo abordei a questão, primeiramente, com elas, procurando averiguar se, de alguma forma e em algum momento, havia demonstrado alguma atitude suspeita, para que então pudessem ter a garantia das minhas intenções e, assim, voltarem a sentir-se à vontade ao meu lado. Respondendo “*que não*” (Notas de campo 22.08.17), que gostavam de estar ao meu lado e que eu as cuidava: “*estamos sempre a tua beira e nunca nos aconteceu nada*”; “*até nos ajudas a subir o muro para não nos magoarmos*” (Notas de campo 22.08.17), reafirmo as minhas intenções e a minha compreensão acerca da preocupação das suas famílias, consultando-as sobre a possibilidade de procurá-las para uma nova conversa. A resposta afirmativa, reforçando a sua confiabilidade em mim, veio, no entanto, acompanhada de recomendações: “*a minha mãe pode não gostar que eu te contei e me bater*” (Notas de campo 22.08.17). As crianças mostram-me assim que conquistei um lugar importante nos seus afetos e, ao mesmo tempo, como são exímias na gestão dos seus dilemas familiares e extra-familiares e na manutenção de lealdades em tensão.

Depois desta conversa, e sem generalizar a informação revelada pelas crianças nem as colocar em situação vexatória, procurei as suas famílias para reiterar, face-a-face e de viva voz, o meu interesse em pesquisar as crianças daquela comunidade respeitando os compromissos éticos, tendo-lhes entregue uma declaração formal da universidade, afirmando o meu estatuto de pesquisadora. Com esta postura busquei desconstruir nos seus imaginários a imagem de “raptora”, tendo as famílias reagido positivamente: não deixaram transparecer desconfianças em relação à minha pessoa e reafirmaram o seu consentimento para eu estar com as crianças, sem que em nenhum momento fosse questionada a pesquisa ou a pesquisadora. Por conseguinte, também a permissão adulta relativa à participação das crianças na pesquisa em espaços abertos precisa ser continuamente negociada (GRAUE; WALSH, 2003; FERREIRA, 2010), num “processo diário que normalmente se vai tornando mais fácil, mas que nunca cessa” (GRAUE; WALSH, 2003, p.124), e que envolve atualizações da confiabilidade. Esta minha atitude, franca e dialogante, foi essencial para garantir que as crianças pudessem

continuar a estar comigo, “à minha beira”, participando ativamente de todo o processo de pesquisa. Neste sentido, mais do que um maior tempo de permanência física em campo como essencial para um conhecimento émico, foi a intensidade que esse tempo representou com a presença do *Outro* para que a afetação (FAVRET-SAADA, 2005) acontecesse e dela se estabelecesse uma relação intersubjetiva e de confiabilidade.

Finalmente, não deixa de ser interessante refletir nos vários paradoxos envolvidos nesta situação. À ausência de qualquer sinal de negação ou de retraimento destas famílias aquando das primeiras conversas com elas, face-a-face, com vista à obtenção do seu consentimento para estar com as crianças, sucede-se posterior afirmação acerca de mim como uma ameaça junto das crianças, numa postura que pode ser diversamente interpretada: quiçá como retaliação por algum comportamento julgado inadequado; quiçá como modo indireto de me informarem das suas dúvidas e incertezas acerca da pesquisa e da pesquisadora. As crianças podem então ter sido usadas como uma espécie de mensageiras das suas famílias, levando-me a consciencializar que no momento em que fornecemos informações aos participantes e responsáveis sobre as nossas investigações, aquando do consentimento informado, aquelas nem sempre são compreendidas na íntegra ou, ainda, que aqueles participantes e responsáveis podem não se ter sentido à vontade para recusar frontalmente a participação (FERREIRA, 2010). A minha surpresa face a este paradoxo deve-se ainda ao seu contraste relativamente à experiência tornada habitual por parte da comunidade à minha presença: fui/sou acolhida com imediata abertura, adesão, e até mesmo um certo encantamento, pela forma de comunicação dos(as) brasileiros(as), numa familiaridade porventura derivada do amplo conhecimento de produtos da indústria cultural, sobretudo telenovelas e músicas, cujo consumo é generalizado às diversas gerações copresentes.

Assim, como *outsider* (ELIAS; SCOTSON, 2000) neste e a este contexto, a minha estranheira brasileira suscitou importantes implicações de afastamentos e aproximações com o campo de pesquisa, e provocou afetações geradoras de sentimentos mútuos de conforto e desconforto. Como *outsider* vou adentrando aos lugares dos “estabelecidos” (ibid) e, desta convivência, vou sendo hospedada de diferentes formas. Reciprocamente, nos paradoxos e dilemas ancorados nas representações mútuas tecidas entre moradores deste campo de pesquisa a pessoa da etnógrafa, vou-me dizendo, numa relação de proximidade e respeito, “quem sou eu e quem eu não sou” (GRAUE; WALSH, 2003).

## **2.3 “O barco pirata e o convite a viver uma aventura fixe”: dilemas vividos em torno da confiabilidade**

“Seca” é uma expressão bastante usada pelas crianças quando querem significar e classificar um lugar ou uma determinada ação como desinteressante, aborrecida, um tédio, uma chatice. Quando um lugar é, ou se torna uma “seca”, elas tendem a procurar outros em que experiências mais significativas possam acontecer revelando assim a existência de outras espacialidades vividas por elas além das que são/estão mais aparentes. As crianças escapam-se entre as ruas e saem a procurar, circulando, circulando, circulando... flanando de uns lados para outros, muitas vezes para voltarem ao ponto inicial. Outras vezes, circulam, circulam até que param para conversarem, brincarem e/ou explorarem espaços privados, desabitados e de acesso proibido. Fascinantes e misteriosos! Esconderijos perfeitos para se resguardarem e que vão sendo elencados durante os seus circuitos pelos espaços da comunidade. Segredos guardados dos olhares adultos!

O convite das crianças para sair com elas da “seca” – indo dar uma volta – coloca-se então como um jogo de interesses mútuos entre elas e a pesquisadora. Elas, interessadas que estão, para além da minha companhia, em extrapolar os limites espaciais da comunidade consentidos pelos seus responsáveis, solicitam e permitem a minha presença nas suas “escapadas” já que, na condição de “adulta atípica” (CORSARO, 2005), conhecida das respectivas famílias e dos moradores, lhes possibilito atravessar e transitar entre fronteiras. Eu, como pesquisadora, tenho então oportunidades únicas de conhecer, por dentro, *outros* espaços de interação das crianças. Dizendo de outra forma, para ambas as partes, somos passaportes de possibilidades para romper fronteiras e para experimentações e conhecimentos mútuos a propósito das nossas identidades culturais, enquanto vamos tecendo confiabilidades.

Foi no decurso de um destes jogos de interesses mútuos envolvidos nos usos sociais que elas fazem da pesquisadora, e na minha aceitação, contando com as vantagens dali advindas, que me vi confrontada, também, com alguns dos seus limites e consequências imprevisíveis - foi o caso de um episódio que se iniciou com um gentil convite das crianças para vivermos uma aventura fixe, indo ao barco pirata, mas em que sobreveio uma série de táticas de “fugas” infantis às suas restrições de mobilidade (ALMEIDA, 2009), daí resultando uma experiência radical de desconfortos e dilemas extremos:

Estava sentada com algumas crianças em frente à junta da freguesia

conversando, quando Manuel (9a) pergunta-me: - Você viu o barco pirata que tá lá na marina?

- Sim, você sabe porque ele está ali ancorado? – pergunto eu.

- Não, mas ele deve ser mesmo *fixe*! Vamos à marina ver? – diz ele.

O convite foi imediatamente aceite pela Cristina (9a), Gabriela (9a), Andréia (6a) e Tadeu (9a).

Saímos juntos para marina, porém, no meio do caminho, as crianças aceleram o passo deixando-me para trás. No meu afastamento, pude perceber como estavam empolgadas com a possibilidade de aproximar o olhar daquele barco que parecia tão *fixe*. Imaginei que a aproximação das crianças fosse apenas até onde estão localizadas as lojas e restaurantes da marina, junto aos bancos que ficam de frente aos barcos ancorados. Ledo engano. Ao chegarem à marina, as crianças põem-se a correr na direção da plataforma que dava acesso ao barco pirata. Começo a ficar preocupada e também acelero o passo. Elas não param e ascendem ao portão que permite acesso ao barco. Entro em desespero e saio correndo atrás delas. Chamo-as, mas sem sucesso. Continuo a correr e a chamá-las. Em dado momento, as meninas ouvem o meu chamado e esperam. Os meninos seguem sem olhar para trás. À medida que avanço na direção das crianças, vejo a instabilidade da plataforma flutuante que leva até o barco pirata e reparo que não possui nenhuma barreira de proteção lateral - qualquer descuido e as crianças poderiam cair nas águas do rio. De entre as crianças só duas sabiam nadar.

Estou em pânico! Não temos autorização para estar neste sítio e nem tão pouco as crianças têm autorização dos seus responsáveis para estarem neste local. Diante do meu medo, retomo o lugar de adulta típica: chamo a atenção das meninas e diante deste poder, digo-lhes para recuarem. Elas tentam argumentar que o barco já está perto e que querem só olhar um pouquinho. Nego todos os pedidos.

Enquanto isto, ouço a voz do Manuel a dizer-me: - Vem Ivana, este barco é mesmo *fixe*!

Quando olho na direção do barco, lá estão Manuel e Tadeu na proa, como “legítimos capitães”. Por alguns milésimos de segundos fico feliz com a felicidade dos dois, mas depressa retomo a sensação do medo.

À medida que avanço, percebo que ao redor do barco pirata há outras duas embarcações da polícia, que parecem fazer vistorias. Aproximo-me e peço às crianças que saiam do barco e que me acompanhem. Eles insistem em ficar. Como estratégia para me fazer ouvir, digo-lhes:

- Estou indo, não temos autorização para estar aqui. Viro-me de costas para eles, torcendo que os mesmos me sigam, e volto caminhando devagar para não os perder de vista. De repente, ouço o Manuel gritar:

- “Fooogo Ivana! Espera!”.

Olho para trás e vejo os dois virem na minha direção. Respiro aliviada! (Notas de campo, 19.11.2017)

Desde o princípio desta pesquisa, minha postura e meu compromisso com as crianças e famílias foi de que eu não as conduziria pelos espaços; antes seria conduzida por elas – fazendo tracking (COULON, 1995 [1987]) -, sempre que por elas e suas famílias fosse autorizada, numa perspectiva de perceber, a partir delas próprias, os modos como vivem no seu contexto. Esta escolha metodológica buscava igualmente assegurar às suas famílias que, como pesquisadora, não proporia sair com as crianças para lado algum sem as suas autorizações. No entanto, e de certa forma, com esta

decisão também procurava salvaguardar minha presença e permanência no campo de pesquisa. Assim, deixei-me levar - ao acompanhar de perto as ações e interações das crianças, alinhando com elas, fui habitando junto lugares situados longe dos olhos dos seus familiares, e circulando também por outros tantos lugares escondidos e secretos que me revelavam outros meandros das espacialidades infantis que, de outro modo, me seriam inacessíveis.

Não admira por isso que o “- *Digas que tá com a Ivana*”, se tenha tornado então uma das afirmações justificativas das crianças para legitimarem, aos olhos das famílias e da comunidade, as suas deslocções pelo espaço da localidade - para as crianças, como adulta interessada naquilo que faziam, era um *álibi* perfeito para as suas desviâncias perante outros adultos. Com isto, via-me num misto de papeis enquanto amiga (FINE; SANDSTRON, 1988), de “tia” <sup>6</sup>, e de “criança e adulta” <sup>7</sup> confiável, por ter o espírito aventureiro das crianças e por ter dado provas suficientes de que não iria contar nada a ninguém.

Nesta relação de confiança, mas também de interesses e de usos sociais mútuos, gesta uma condição agenciadora, numa linha tênue entre a cumplicidade e a complexidade diante do que aí está em jogo. Com efeito, os laços estabelecidos por esta “experiência de proximidade” (GEERTZ, 2008) que autorizou a minha presença em várias proposições infantis levaram-me, em algumas dessas deambulações sem rumo prévio - pelo menos para mim -, a lugares e situações potencialmente arriscadas do ponto de vista das possibilidades de ocorrência de algum perigo físico, o que me deixava “desconfortável” diante das aventuras vividas – essa foi uma aventura *fixe* que acabou em numa espécie de coquetel surpresa de emoções e sentimentos estimulados pela aventura das crianças no barco pirata. Assim, desde o “inocente” convite das crianças ao seu afastamento e seus sucessivos silêncios, deixando-me para trás e ignorando as minhas ordens e crescentes aflições, passando pelo pânico até à minha retirada estratégica – que poderia ter sido trágica -, experimentei um crescendo de agruras que me obrigaram a um trabalho de gestão das emoções do terreno e de reflexividade para pensar-me, para pensar-me na relação de alteridade com o *Outro*-criança, e para

<sup>6</sup> Pesquisadora-amiga e pesquisadora-tia são termos usados pelas crianças para indicar meu estatuto diante da relação com elas estabelecida no campo de pesquisa. “Podes falar, a Ivana é nossa amiga, não vai contar a ninguém”; “Podemos chamar-te tia? Porque tia é *fixe* e tu também és!”

<sup>7</sup> Segundo J.M. (menino de 9 anos) sou metade criança por estar disponível a brincar com elas e a outra metade adulta por ser de tamanho maior que elas e ao mesmo tempo fazer coisas de adulto como por exemplo, trabalhar.



pensar nos poderes relativos que entre nós se mediam naquela ocasião. Neste sentido, ao lembrar-me que Malinowisk nos “Os argonautas do Pacífico” afirmava “o [a] etnógrafo[a] não tem apenas de lançar as redes no local certo e esperar que algo caia nelas. Tem de ser um caçador ativo e conduzir para lá a sua presa e segui-la até aos esconderijos mais inacessíveis” (1978, p.24), percebo que a relação com as crianças se converteu, por vezes, na da minha “caça”, sentindo-me ser eu “a presa”, como aconteceu no episódio relatado: em vez de um passeio à marina para ver o barco *fixe* acabei sendo usada como uma espécie de “testa de ferro” para o grupo de crianças satisfazer a sua curiosidade e interesses, aceder à novidade e ampliar as suas experiências.

Mas o medo impõe limites, “- *Estou em pânico! Não temos autorização para estar neste sítio e nem tão pouco as crianças têm autorização dos seus responsáveis para estarem neste local*” (Notas de campo, 19.11.2017)-, e os meus saberes e meus deveres também impõem restrições à experiência das crianças, me recobrando com as vestes de um poder adultocêntrico de onde não estavam ausentes o respeito e a confiança. A minha negação de todos pedidos das crianças para só “olharem um pouquinho o barco” mergulhou-me num estado de estranhamento acerca das minhas atitudes de coibição, revelador de que, afinal, eu estava interessada na cena, mas não estava disposta a pagar pelas consequências que pudessem ocorrer; daí que o meu comprometimento ético passasse a falar mais alto do que o interesse de pesquisa. Por conseguinte, as minhas tentativas de ser vigilante sem ser intrusiva, de “estar com”, de modo atento e descentrado (VASCONCELOS, 2000, p.48), revelaram-se-me dilemáticas: como pesquisadora sou “parte do processo investigativo porque não existe uma realidade exterior a ser investigada por um investigador pretensamente objectivo e distante desta mesma realidade” (ibid, p.39), situando-me, portanto, como uma investigadora interessada e comprometida com as ações das crianças, mas me vejo comprometida com a sua salvaguarda. Por isso, na cena descrita, vi-me num “barco”, completamente vulnerável às situações adversas que por ali pudessem ocorrer, e sem respostas à pergunta “- *Quando interferir nos rumos da pesquisa?*”. A linha tênue entre cumplicidade e complexidade, observação e ação, interesses das questões da pesquisa e proteção das crianças, lembra-nos que o trabalho de campo “envolve uma suspensão da avaliação moral [e que, quanto às transgressões das crianças, a questão central é] descobrir o que fazem e o que isso significa para elas” (BRUCE JACKSON, 1987 apud GRAUE; WALSH, 2003, p.80). Porém, é preciso atentar que para além do julgamento moral estamos imbricados eticamente com os sujeitos observados e que,

neste sentido, temos a obrigação, especialmente no caso de as crianças se colocarem em perigo, de ajudá-las, protegê-las (FINE; SANDSTROM, 1988). Minha atitude foi a de tentar protegê-las, na medida do possível, diante daquilo que considerei ser perigoso, sem querer, com esta atitude, reforçar a sua infantilização, reservando-lhes os atributos de imaturas, incompetentes, vulneráveis e dependentes (ALDERSON, 2005).

E, no entanto, *"Quando olho na direção do barco, lá estão Manuel e Tadeu na proa, como "legítimos capitães". Por alguns milésimos de segundos fico feliz com a felicidade dos dois, mas depressa retomo a sensação do medo"* (Notas de campo, 19.11.2017), redescubro-me, uma vez mais, espremida entre mais um outro dilema, pois que ali são sobressaltadas a minha heteronomia como criança e adulta. De um lado, a possibilidade de permitir àquelas crianças entrarem naquele barco, me seduz. Minha vontade, efetivamente, era de estar junto com elas, vivendo com as mesmas intenções e alegria aquela experiência. Mas, de facto, não estávamos. A experiência se difere para as crianças e para a adulta-pesquisadora, ela é singular (LARROSA, 2015), e minha "metade" adulta impede minha "metade" criança de viver o lugar com as mesmas significações, mesmo que, muitas vezes, possa, naquela fração de segundos, *estar* criança. Mas não sou mais, efetivamente, uma delas. Sou uma adulta/pesquisadora e, como tal, tenho responsabilidades que agenciam a minha ação e a minha relação com estas crianças, com suas famílias e com a restante da comunidade, que confiaram na minha presença.

Não é, pois, possível fazer etnografia se não se estiver envolvido diretamente na vida dos sujeitos que pesquisamos (VASCONCELOS, 2000), crianças de "carne e osso" (FONSECA, 2008), deixando-nos afetar. Nesta perspectiva, face aos dilemas vividos em campo, foi preciso reflexivamente (re)construir os sentidos partilhados de "quem era quem" (FERREIRA, 2002). Diante da cena do barco pirata, chamei então as crianças para conversarmos sobre o acontecido, refletindo com elas as questões que ali estavam presentes para ambas. Nesses diálogos, chegámos à conclusão de que, na minha heteronomia de papéis enquanto pesquisadora – amiga, tia, "metade" adulta e "metade" criança -, eu não tinha o consentimento dos seus responsáveis para levá-las a lugares onde não havíamos pedido autorização; de que o lugar em que o barco pirata estava ancorado, sendo de fórum privado, não podia ser invadido e refletimos sobre os riscos de caírem no rio, sabendo-se que só duas delas sabiam nadar: *"ali é mesmo perigoso", "não sei nadar", "se caíssemos a água, iam dizer que a Ivana era a culpada"* (Notas de campo, 19.11.2017). As crianças sabiam dos perigos de ali estar, mas pela

relação de confiabilidade, parecem ter esquecido as consequências que um breve descuido desencadearia.

Pode então dizer-se que, apesar dos desaires vivendo a aventura *fixe* do barco pirata, a experiência etnográfica de “estar lá, com” (VASCONCELOS, 2000), só foi possível mediante uma interação com as crianças que nutriu relações de confiabilidade mútuas e garantiu que deixando-me socializar por elas pudesse experimentar muitas das suas experiências para compreender, de maneira próxima, como pensam, agem e sentem acerca das suas próprias vidas (FERREIRA, 2004).

### **3. O QUE NOS DIZ A ETNOGRAFIA ACERCA DA INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA? - NOTAS FINAIS**

A experiência etnográfica requer uma permanência prolongada da pessoa do(a) investigador(a) em campo de pesquisa com as crianças, mas, sobretudo que esta seja intensa, de tal modo que a sua observação participante supere o ato de observar para mergulhar de corpo inteiro deixando-se “enfeitiçar” (FAVRET-SAADA, 2005). E, para que, deste enfeitiçamento, diante da instabilidade dos acontecimentos e da experiência de alteridade, a produção de conhecimento possa acontecer (ibid). Uma tal postura demanda o desemolduramento do(a) próprio(a) pesquisador(a) no sentido de que deve escapar da linearidade, da “asepsia” que marca um suposto distanciamento do terreno de pesquisa, para abrir-se ao *Outro*, sendo esta uma possibilidade do necessário movimento (GRAUE; WALSH, 2003) para adentrar nos meandros das relações sociais das crianças. Pelo movimento é que eu me coloco disponível às crianças, e com elas corro o “risco” de, na “descida ao poço” (AMADO; SILVA, 2013), inquietar e desestabilizar a segurança dos saberes já estabelecidos, abrindo um “vazio” (LARROSA, 1999), um novo espaço, para refletir sobre o cotidiano vivido com as crianças desta pesquisa.

Esta disposição, exigindo uma inversão epistemológica que possibilite o reconhecimento do lugar das crianças na sociedade, atenta à relação intersubjetiva entre elas e os adultos e nela, à experiência de ser afetado(a) no terreno etnográfico que implica perceber as “forças anormais” (FAVRET-SAADA, 2005, p.161) que estão enredadas nas vivências das crianças nos seus contextos e as implicações nos seus modos de vida. Neste sentido, a compreensão dos dilemas em torno do “ganhar acesso”

e da “confiabilidade” aqui refletidos podem ainda serem levados mais longe quando se perspectivam os episódios em análise numa escala mais ampla que não os dissociam da crescente limitação das espacialidades de livre circulação das crianças pelos espaços públicos abertos, nem este fenómeno das novas dinâmicas de vida nas sociedades atuais que alteraram significativamente, também, o entendimento da infância e as vidas quotidianas das crianças.

O contexto desta etnografia tem sido alvo das novas demandas económicas e turísticas, expondo a diminuição e limitação dos espaços públicos que, até então, eram habituais para o/no convívio das crianças nas suas relações inter e intrageracionais. Esta nova configuração responde aos processos criativos e culturais das intervenções sobre o espaço urbano na contemporaneidade, as quais, igualmente subordinadas aos processos de globalização, proporcionam, entre outras consequências, uma maior circulação de pessoas do país e do mundo inteiro dentro da comunidade. Este fenómeno altera significativamente a segurança comunitária - em que todos(as) se conhecem e, de certa maneira, se protegem -, ao mesmo tempo que desencadeia uma invasão e consequente diluição dos lugares habituais das crianças, despertando nelas a necessidade de procurarem e usarem outros espaços públicos abertos para saírem da “seca” e tornarem seus (cf. 2.3). Trata-se de uma busca para viverem experiências diversificadas, numa tentativa de garantirem a sua autonomia relativa e liberdade de viver a vida, num processo contínuo de produção cultural em diálogo intrageracional e intergeracional, tensionado e (re)negociado.

A compreensão das transformações sociais em curso nesta comunidade e nas experiências infantis requer então a sua recontextualização no âmbito mais amplo das sociedades contemporâneas, agora marcadas pela fluidez e relações líquidas (BAUMAN, 2000) desencadeadas por meio da globalização. As rápidas transmutações nos mais diversos contextos, que se rearranjam sob o plano da complexidade, fazem emergir, segundo Beck (1992), uma “sociedade de risco” provocadora da sensação de incerteza e desproteção, gerando uma perceção “alterada” dos riscos, já que estes “podem não ter uma relação com perigos reais, mas são culturalmente identificados como relevantes em termos das significações ameaçadoras de que se revestem” (CARAPINHEIRO, 2001, p.198). Isso significa que a cidade contemporânea, “com novas formas de organização e de conflito, com as suas homogeneizantes e, simultaneamente, segregadoras ideologias e práticas de consumo” (FORTUNA, 1997, p. 3) se tornou um espaço de acesso e uso restrito para as crianças, em que os riscos representados estão, em grande parte, vinculados a medos com o tráfego e acidentes, e, mais recentemente, a situações

de rapto, violência física e sexual, assassinatos, que são amplamente divulgados pelos media. Neste sentido, Ponte (2006, p.13) considera que “os imaginários de experiência traduzidos para notícia mostram assim uma construção restrita deste grupo”.

Pode então dizer-se que na generalização da insegurança social, os riscos já mencionados são colocados como “premissa” de uma nova configuração social, passando a ser geridos de tal modo que, no caso das crianças, para estas serem protegidas são retiradas dos espaços tidos como perigosos: os espaços públicos abertos. Com essa intervenção, a histórica vulnerabilidade atribuída às crianças, agora radicalizada, continua a outorgar aos adultos a intervenção sobre elas, reforçando a sua autoridade para direcionarem ações mitigadoras, passíveis de diminuir os riscos em que possam incorrer, mas que, afinal, as controlam (ALMEIDA, 2009).

Estas considerações, possibilitadas pela pesquisa etnográfica com crianças em espaço público aberto, sublinham como o esforço em esclarecer os dilemas emergentes em torno da confiabilidade – a propósito da identidade da pesquisadora e das relações tecidas entre ela e as crianças (cf. 2.2, 2.3) – simultaneamente atingem e extrapolam a pesquisadora, de modos muito inesperados. Apanhada nestes movimentos, a experiência etnográfica permite-lhe repensar(-se) nos modos de comunicação intercultural com os diversos sujeitos envolvidos – crianças, famílias, comunidade – e nos “como” as tensões das vulnerabilidades adultas e infantis tomam assento e participam na produção dos dados da pesquisa. Mas, mais do que isso, a repensar-se como alguém, que tendo deixado afetar-se (FAVEDRA-SAADA, 2005) e, portanto, a expor-se e sujeitar-se às mesmas forças sociais que afetam os demais, ganha outras possibilidades de se reencontrar e ressituar frente a si mesmo e num mesmo plano que os outros, e de consciencializar os constrangimentos estruturais que se lhes impõem. Deste ângulo, a etnografia com crianças abre-se a uma outra compreensão da complexidade que afeta a infância e as relações intergeracionais em tempos de “risco”.

## REFERÊNCIAS

ALANEN, Leena; MAYALL, Berry. **Conceptualizing Child-Adult Relations**, Londres, Routledge Falmer, 2001.

ALDERSON, Priscilla. Crianças como pesquisadoras: Os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. **Revista Educação e Sociedade**. 2005, v.26. n. 91, 419-442. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v26n91/a07v2691.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2017.

ALMEIDA, Ana Nunes. **Para uma sociologia da infância**: jogos de olhares, pistas para a investigação. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2009.

AMADO, João; SILVA, Luciano Campos. Os estudos etnográficos em contextos educativos. In: AMADO, João. **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2013. pp.145-168.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BECK, Ulrich. **Risk society**: towards a new modernity. trad. Mark Ritter. London: Sage Publications, 1992.

BUSS-SIMÃO, Márcia. Pesquisa etnográfica com crianças pequenas: reflexões sobre o papel do pesquisador. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba. Jan/abr. 2014, v.14. n.41, 37-59. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2275> Acesso em: 03 de março de 2018.

CAIAFA, Janice. **Aventura das Cidades**: ensaios e etnografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CARAPINHEIRO, Graça. A globalização do risco social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Globalização**: fatalidade ou Utopia? Porto: Afrontamentos, 2001. pp.197-233.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1998 [1990].

CHRISTENSEN, Pia; PROUT, Alan. Working with ethical symmetry in social research with children. **Childhood**. London. 2002, v.9. n.4, 477-497. Disponível em: <http://www.kingscollege.net/pomfret/3311/pdf/ReadingChristensen.pdf> Acesso: 12 de março de 2018.

CHRISTENSEN, Pia; *et al.* Mobilidades cotidianas das crianças: combinando etnografia GPS e tecnologia de telefone móvel em pesquisa. **Educação e Sociedade**. Campinas. jul./set. 2014, v.35. n.128, 629-996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n128/0101-7330-es-35-128-00699.pdf> Acesso: 03 de julho de 2017.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CORREIA, João Carlos. Dez anos depois de Bragança, a representação da mulher brasileira nos media. **Verso e Reverso**. São Leopoldo. set./dez. 2014, v. XXVIII. n.69, 186-192. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2014.28.69.04/4412> Acesso: 18 de outubro de 2018.

CORSARO, William. Entrada no Campo, Aceitação e Natureza da Participação nos Estudos Etnográficos com Crianças Pequenas. **Educação e Sociedade**. Campinas. maio/ago. 2005, v. 26. n.91, 443-464. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a08v2691.pdf> Acesso: 25 de outubro de 2017.

COULON, Alain. **Etnometodologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995 [1987].

COULON, Alain. **Etnometodologia e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995 [1993].

CUNHA, Sandra Mara. Pesquisa com crianças: implicações teóricas, éticas e metodológicas. **Atas CIAIQ\_Investigação Qualitativa em Ciências Sociais//Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales**. 2017, v.3, 77-82. Disponível em:

<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1142/1108> Acesso: 03 de outubro de 2018.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIA, Eliete do Carmo Garcia Verbena. **Lugares da infância: mobilidade e práticas cotidianas das crianças nos espaços sociais de interação**. 2014. 303 f. Tese (Doutorado) Universidade do Minho, Portugal. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/35620> Acesso: 20 de outubro de 2018.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado", de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo**. 2005 [1990], s/v. n.13, 155-161. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376> Acesso em 13 de agosto de 2018.

FERNANDES, Luís José. Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: As facetas da escrita etnográfica. In: CARIA, Telmo. **Experiência etnográfica em Ciências Sociais**. Porto: Edições Afrontamento. 2002. pp.23-40.

FERNANDES, Luís José; NEVES, Tiago; CHAVES, Miguel. Investigação etnográfica em territórios piscotrópicos: notas de terreno e comentário. **Revista Educação, Sociedade e Cultura**. Porto. 2001, s/v. n.16, 171-201. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC16/16-dialogos.pdf> Acesso: 14 de março de 2017.

FERREIRA, Manuela. Os estranhos «sabores» da perplexidade numa etnografia com crianças em Jardim de Infância. In: CARIA, Telmo. **Experiência etnográfica em Ciências Sociais**. Porto: Edições Afrontamento. 2002. pp.149-166.

FERREIRA, Manuela. **A gente gosta é de brincar com os outros meninos!** – Relações sociais entre crianças num Jardim de infância. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

FERREIRA, Manuela. "Ela é nossa prisioneira"! Questões teóricas, epistemológicas e ético-metodológicas a propósito dos processos de obtenção da permissão das crianças

pequenas numa pesquisa etnográfica. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul. 2010, v.18, n.2, 151-183. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1524/1932> Acesso: 15 de agosto de 2015.

FERREIRA, Manuela; NUNES, Ângela. Estudos da infância, antropologia e etnografia: Potencialidades, limites e desafios. **Revista Linhas Críticas**. Brasília. 2014, v. 20. n. 41, 103-123. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/12424> Acesso: 14 de setembro de 2015.

FINE, Gary Alan; SANDSTROM, Kent. Researchers and kids. In: FINE, Gary Alan e SANDSTROM, Kent. **Knowing children: participant observations with minors**. London: Sage. 1988. pp.13-36.

FORTUNA, Carlos. Sociologia, cultura urbana e globalização. In: FORTUNA, Carlos **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras: Celta. 1997. pp. 1-28.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso Não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**. n.10, 58-78. Disponível em: [http://anped.tempsite.ws/novo\\_portal/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10\\_06\\_CLAUDIA\\_FONSECA.pdf](http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10_06_CLAUDIA_FONSECA.pdf) Acesso: 04 de abril de 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRAUE, Elisabeth; WALSH, Daniel. **Investigação Etnográfica com Crianças: Teorias, Métodos e Ética**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

JAMES, Allison . Giving Voice to Children's Voices: Practices and Problems, Pitfalls and Potentials. **American Anthropologist**. June. 2007, v.109. Issue 2, 261-272. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/4496640?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/4496640?seq=1#page_scan_tab_contents) Acesso: 11 de janeiro de 2019.

LANSKY, Samy. **A cidade, com crianças: uma etno-grafia espacializada**. 2012. 302 f. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-8UQJDD> Acesso: 30 de agosto de 2015.

LARROSA, Jorge. O enigma da infância ou o que vai do impossível ao verdadeiro. In: LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. pp. 183-198.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LOPES, João Teixeira. Andante, andante: tempo para andar e descobrir o espaço público. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Porto, 2002, v.17/18. série I, 69-80. Disponível em:



<http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2345/2146> Acesso em 12 de setembro de 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Junho. 2002, v.17, n.49, 11-29. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf> Acesso: 12 de maio de 2012.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre. jul./dez. 2009, s/v. ano 15, n.32, 129-156. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf> Acesso: 12 de maio de 2012.

MALHO, Maria João. **A criança e a cidade**. Independência de mobilidade e representações sobre o espaço urbano. 2003. Dissertação (Mestrado, Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: Objecto, método e alcance desta investigação. In MALINOWSKI, Bronislaw (Coleção Pensadores), **Argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978. pp.17-37.

MARCHI, Rita de Cassia. Pesquisa Etnográfica com Crianças: participação, voz e ética. **Educação & Realidade**. Porto Alegre. abr./jun. 2018, v.43, n.2, 727-746. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v43n2/2175-6236-edreal-43-02-727.pdf> Acesso em 17 de outubro de 2018.

MARTINS, Altino José; BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Metodologias de pesquisas com crianças. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul. jul./dez. 2010, v.18, n.2, 08-28. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1496/1935> Acesso: 25 de junho de 2016.

MASSAGLI, Sérgio Roberto. Homem da multidão e o flâneur no conto "O homem da multidão" de Edgar Allan Poe. **Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários**. jun. 2008, v.12, 55-65. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/terraroxa/article/view/24854/18220> Acesso em 12 de agosto de 2018.

PAIS, José Machado. "Mães de Bragança" e Feitiços: enredos luso-brasileiros em torno da sexualidade. **Revista Ciências Sociais**. Fortaleza. jul./dez. 2010, v.41, n.2, 9-23. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/455/437> Acesso: 18 de outubro de 2018.

PAIS, José Machado. **Enredos sexuais, tradição e mudança: as mães, os zecas e as sedutoras além-mar**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

PERETZ, Henri. **Métodos em sociologia**: a observação. Braga: Temas e debates – Atividades editoriais, 2000.

PONTE, Cristina. A pesquisa em jornalismo e as pesquisas sobre crianças e adolescentes. **Revista Contracampo**. 2006, s/v. n.15, 07-22. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17429/11066> Acesso: 13 de abril de 2016.

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Cadernos de Pesquisa**. set./dez. 2010, v.40. n.141, p.729-750. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a04.pdf> Acesso: 12 de maio de 2014.

ROSA, Ivana Martins. **Modos de ser criança no cotidiano da comunidade Chico Mendes**: um estudo etnográfico. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado Educação)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/172797> Acesso: 25 de agosto de 2016.

SARMENTO, Manuel Jacinto. A cultura das infâncias nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In Sarmento, Manuel Jacinto & Cerisara, Ana Beatriz (Orgs.). **Crianças e Miúdos**: perspectivas Sociopedagógicas da Infância e Educação. Porto: Edições ASA, 2004. pp. 09-34.

SARMENTO, Manuel Jacinto; *et al.* **Carta da Cidadania Infantojuvenil do Concelho de Guimarães**. Guimarães: Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais (ADCL), 2016. Disponível em: [http://www.adcl.org.pt/ccij/noticias/carta\\_da\\_cidadania.pdf](http://www.adcl.org.pt/ccij/noticias/carta_da_cidadania.pdf) Acesso: 15 de junho de 2018.

SKANFORS, Lovisa. Ethics in Child Research: Children's Agency and Researchers' 'Ethical Radar'. **Childhoods Today**. 2009, v.3. (1), 1-23. Disponível em: <http://www.childhoodstoday.org/download.php?id=40> Acesso: 12 de agosto de 2018.

VASCONCELOS, Teresa. Ao ritmo de um cortador de relva: "Entre o estar lá" e o "estar aqui", o "estar com". Dilemas e complexidades da etnografia em caminhos pós-modernos de multivocalidade. **Educação Sociedade e Cultura**. 2000, s/v. n.14, 37-58. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC14/14-3-teresa.pdf> Acesso: 15 de março de 2015.

WENETZ, Ileana. As crianças ausentes na rua e nas praças: Etnografia dos espaços vazios. **Civitas Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre. maio-ago. 2013, v.13. n.2, 346-363. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/15477> Acesso: 02 de março de 2017.

## NOTAS

**GANHAR ACESSO NUMA ETNOGRAFIA COM CRIANÇAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS: DILEMAS DE CONFIABILIDADE EM TEMPOS DE RISCO.**

Ivana Martins da Rosa  
Mestre em Educação



#### **Endereço de correspondência do principal autor**

Rua: Pintor Eduardo Dias, 452, apto 302. CEP: 88095-800, Florianópolis, SC, Brasil.

#### **AGRADECIMENTOS**

Agradecimento especial às crianças da pesquisa e aos avaliadores que, com a sua leitura atenta, nos permitiram tornar o texto mais esclarecedor.

#### **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA**

**Concepção e elaboração do manuscrito:** Todos os autores contribuíram substancialmente

**Coleta de dados:** I. M. Rosa

**Análise de dados:** Todos os autores contribuíram substancialmente

**Discussão dos resultados:** Todos os autores contribuíram substancialmente

#### **CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA**

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

#### **FINANCIAMENTO**

Não se aplica.

#### **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica

#### **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Não se aplica.

#### **CONFLITO DE INTERESSES**

Não se aplica.

#### **LICENÇA DE USO** – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

#### **PUBLISHER** – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

#### **EDITORES** – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

#### **HISTÓRICO** – uso exclusivo da revista

Recebido em: 25-03-2019 – Aprovado em: 28-07-2019